

Município de Macapá

DECRETO Nº 526/91 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1991 - ANO VIII - Nº 3316

Macapá - Amapá - 27 de Abril de 2018

PREFEITURA DE MACAPA Clécio Luis Vilhena Vieira Cléclo Luís Vilhena Vieira
Prefeito de Macapá
Telma Adriana Nery Paiva
Vice-Prefeita de Macapá
Raimundo Sérgio Moreira de Lemos
Secretário Municipal do Gabinete do Prefeito
Charles William de Souza Ruí Soco
Comandante da Guarda Civil Municipal de Macapá
SECRETÁRIOS Jorge da Silva Pires Secretário Especial da Governadona - SEGOV Dejalma Espírito Santo Ferreira Teixeira

Secretário Especial de Coord. das Sub-Prefeituras Paulo Jorge Viana de Brito

Paulo Jorge Viana de Brito
Subprefeito da Subprefeitura da Zona Norte
José Diniz Silva de Sena
Secretário Mun. para Ass.Ext.-SEMAE (Int. e Comulativamente)
Carlos Michel Miranda da Fonseca
Secretário Municipal de Administração - SEMAD.
Jesus de Nazaré de Almeida Vidat
Secretário Municipal de Finanças - SEMFI
Paulo Sergio Abreu Mendes
Secretário Municipal de Planejamento e Coord. Geral - SEMPLA
Senotra Maria Martins Cardoso Casemiro

Sandra Maria Martins Cardoso Casemiro
Secretária Municipal de Educação - SEMED
Alexsandra Yurimi Meguro Cascaes
Secretária Mun.de Assist.Soc.e do Trabalho-SEMAST-Interina e cumula

tivamente

Rodrigo dos Santos Carvalho Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC Eldren Silva Lage Secretário Municipal de Saúde - SEMSA Emilio Roberto Escobar Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana - SEMOB Augusto Cesar Almeida da Silva Secretário Municipal de Manutenção Urbanistica - SEMUR Katia Maria Tork Rodrigues Secretária Municipal de Desenv, Urbano e Habitacional - SEMDUH Minatales I Idaa

Mizael Monteiro Lima Secretário Esp. de Ilum. Pública - SEIP

Marcio Roberto Pimentel de Sousa - comulativamente Secretário Municipal de Meio Ambiente - SEMAM Talsa Mara Morais Mendonça Procuradora Geral do Município - PROGEM Janusa Nogueira Rodrigues

Corregedora Geral do Município - CORGEM Nair Mota Dias Controladora Geral do Município - COGEM

Maykom Magalhães da Silva
Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Política de
Promoção da Igualdade Racial - IMPROIR
Herialdo Telxelra Montelro
Diretor-Presidente do Parque Zoobotânico Municipal - FPZM
DIRETORES DE EMPRESAS Marco Aurello Souza Ramalho Diretor Presidente da MacapaPrev

Monica Cristina da Silva Dias Diretora Presidente da EMDESUR André Luiz Alves de Lima Diretor Presidente da CTMas

EXPEDIENTE

O D.O.M. poderá ser encontrado na Divisão de Imprensa Oficial do Município, Departamento de Administração Financeira da SEMAD-PMM.

REMESSAS DE MATÉRIAS

As matérias a serem publicadas no Diário Oficial do Município, somente serão aceitas se apresentadas das seguintes medidas: 8 cm de largura para 2 colunas, 17 cm de largura para 1 coluna no caso de balanços, tabelas e quadros.

RECLAMAÇÕES

Deverão ser dirigidas por escrito, ao GAB da Secretaria Municipal de Administração- SEMAD/PMM, até 8(oito) dias após a publicação.

LEI

LEI Nº 2.302/2018-PMM.

DISPÖE SOBRE A RESERVA NEGROS DE AOS 20% (VINTE POR CENTO) DAS VAGAS OFERECIDAS NOS CONCURSOS **PÚBLICOS** PROVIMENTO DE PARA **FEETIVOS** E CARGOS EMPREGOS PÚBLICOS NO ÂMBITO MUNICIPAL, DAS AUTARQUIAS. FUNDAÇÕES PÚBLICAS, DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA CONTROLADAS PELO MUNICÍPIO DE MACAPÁ.

O Prefeito do Município de Macapá:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da pública municipal, administração autarquias, das fundações públicas, empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pelo municipio, na forma desta Lei.

§ 1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco

§ 3º A reserva de vagas a candidatos negros constará expressamente dos editais dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

Art. 2º Poderão concorrer às reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito á anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuizo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 1º Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 2º Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

§ 3º Na hipótese de não haver número de candidatos negros aprovados suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Art. 4º A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

Art. 5º Fica instituída a Comissão verificadora de veracidade de autodeclaração de acordo com a Portaria Normativa nº 04 de 06/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, devendo ser regulamentada em até 90 (noventa) dias, pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Esta Lei não se aplicará aos concursos cujos editais já tiverem sido publicados antes de sua entrada em vigor.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá, 27 de Abril de 2018.

> CLÉCIO LUÍS VILHENA VIEIRA Prefeito Municipal de Macapa

SEMED

EXTRATO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: CONVÊNIO Nº 66/2018-SEMED/CAIXA

PARTES: Prefeitura Municipal de Macapá, através da

Secretaria Municipal de Educação, e o CAIXA ESCOLAR.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros em favor da CONVENENTE, para custear despesas de Manutenção-FUNDEB junto à EMEF AMAPÁ e sua Dependente: EMEF EUNICE PICANÇO, para fins de funcionamento pleno da escola, na aquisição de material didático – pedagógico serviços de limpeza, serviços de pequenos reparos para conservação e manutenção física da escola e outros materiais.

PRAZO: O presente convênio terá vigência a partir de 02 de Abril a 31 de Dezembro de 2018, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, cuja prorrogação deverá ser proposta pela CONVENENTE até 30 (trinta) dias antes do termo final da vigência.

VALOR: O valor total do presente convénio é de R\$ 79.321,20 (SETENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E VINTE E UM REAIS E VINTE CENTAVOS), que será repassado de acordo com as destinações especificadas no plano de aplicação orçamentária, cronograma de desemboiso e do plano de atendimento, partes integrantes do presente instrumento.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente convênio tem respaldo legal no Artigo: 222, incisos I e II da Lei Orgânica do Municipio de Macapá, Lei Complementar nº 036/2006-PMM, datada de 05 de junho de 2006 e Decreto nº166/2005-PMM, datado de 28 de fevereiro de 2005, que regulamenta o Art. 40 da referida Lei, e o que preconiza a Portaria Interministerial nº424, de 30 de Dezembro de 2016, Lei 8.666/93, Lei 4.320 de 17 de Março de 1964 e no Art. 25, § 1º da Constituição Federal.

DOTAÇÃO: O recurso correrá através da conta dos Programa: 12.361.0022.2041

Fonte: 0215.

Categoria Econômica: 33.50.41 e devidamente repassados a CONVENENTE através das Notas de Empenhos-SEMED e Ordem de Pagamento.

Macapá-AP, 02 do Abril de 2018.

SANDRA MARÎA MARTINS CARDOSO CASIMIRO Secretária Municipal de Educação INTERVENIENTE

ADRIANA DA SILVA MIRANDA
Presidente do Caixa Escolar

CONVENENTE EXTRATO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: CONVÊNIO Nº 02/2018-SEMED/CAIXA ESCOLAR AMAPÀ.

PARTES: Prefeitura Municipal de Macapá, através da Secretaria Municipal de Educação, e o CAIXA ESCOLAR.

OBJETO: O presente Convénio tem por objeto a transferência de recursos financeiros em favor da CONVENENTE, para custear despesas de Merenda Escolar PMM junto à EMEF AMAPA e sua Dependente: EMEF